

Municipio de Castro Daire ASSEMBLEIA MUNICIPAL



	Acta	da	reunião	ordinária	da
	Assen	nbleia	Municipa	l do dia vir	ite e
	quatro	de se	etembro de	dois mil e	doze
				-	
Aos vinte e quatro dias do r	nês de	seten	ibro do an	o de dois r	nil e
doze reuniu a Assembleia Munici	pal do	Conc	elho de Ca	astro Daire	, no
Auditório do Centro Municipal de					
e cinco minutos, com a seguinte:					
Ordem d	le Trab	alhos			
1PERÍODO ANTES DA ORDE	M DO I	DIA:			
1.1. Leitura e votação das ata	as das	sess	ões de 20	0/07/12 e	de
10/08/2012:					
O Sr. Presidente da Mesa i	nforma	que	a ata, refe	erente à se	ssão
extraordinária da Assembleia Mui					
de dois mil e doze, foi enviada par	-				
a leitura da mesma, sendo a prop					
pelo Secretário da Mesa, Sr.					
extraordinária da Assembleia Mu					
dois mil e doze					
Posto este ponto à votação			_	_	
[[]] [][]					





-Ata da Sessão realizada a 20 de julho de 2012 – aprovada por
maioria, com 2 abstenções;
-Ata da Sessão de 10 de agosto de 2012 - aprovada por maioria,
com 2 abstenções.
Neste ponto foi efectuada a chamada estando a faltar, no
momento, os seguintes membros da Assembleia, Senhores Flávio
Lopes Pereira, Amadeu Ferreira de Paiva, Amaro Ferreira Lemos, Telmo
José da Silva Gonçalves e Manuel Oliveira de Almeida e os Senhores
Presidentes das Juntas de Freguesia de Ester e Gosende
1.2. Leitura e apreciação do expediente.
Foi dado a conhecer o diverso expediente recebido, como por
exemplo:
-A proposta de deliberação da reforma judiciária da Região Dão-
Lafões que foi tomada pelo Concelho Executivo, proposta essa no
sentido de que as comarcas se devem manter;
O ofício enviado pelo Sr. Prof. Coordenador do Ensino Superior
Politécnico, Dr. José Manuel Silva, Membro da Assembleia Municipal
de Leiria, sobre a dedicação exclusiva versus senhas de presença da
Assembleia Municipal;
■-A comunicação da Assembleia Intermunicipal da Comunidade
Intermunicipal da Região Dão-Lafões sobre as faltas dos membros da
Assembleia Intermunicipal, Srs. Márcio Ferreira e Sónia Marisa
Ferreira, entre outros assuntos
Antes da Ordem do Dia intervêm os Srs. Membros:





• Presidente da Junta de Freguesia de Alva: Informa que há alguns meses atrás, na sala polivalente da biblioteca, foi feita uma reunião que resultou na assinatura de protocolos, nomeadamente para a limpeza de ruas das aldeias, e foi decidido que as juntas receberiam através de protocolos 50% do valor do ano anterior. Continua dizendo que a Junta fez a limpeza das ruas ainda antes da assinatura do protocolo, e que algumas ruas até foram limpas duas vezes. Diz ainda que deveria haver bom senso e não se fazer dos Presidentes da Junta, ou uma cambada de malandros ou um malandro que não é adepto da lisura. A Junta fez a limpeza das ruas, as faturas estão lá, as pessoas das ruas testemunham a limpeza, e espera que haja da parte do Sr. Presidente da Câmara bom senso e que seja transferido, na íntegra, o valor das faturas respeitante aquele serviço. Termina dizendo que à Câmara compete as estradas municipais, pelo que os protocolos da limpeza foram feitos para limpeza das ruas que a Câmara não limpa e eram da responsabilidade das Juntas, mas devido à decisão de cortar as transferências mensais às Juntas, estas ficaram sem fundo de maneio para fazerem esse serviço, sendo por esse motivo, a existência destes protocolos, pelo que não pode um representante da Câmara ir para uma freguesia dizer que essas ruas e ruelas secundárias não

• Prof. António Luís Ferreira Fernandes: Começa por dizer que o assunto que o traz ali e que vem no seguimento do assunto que expôs na última sessão da assembleia ordinária, em que alertou para os cuidados a ter numa altura em que se tem que gerir muito bem os recursos que se têm, em que fez um paralelismo com a governação do Sr. Eng.º José Sócrates relativamente ao despesismo que existia em



inaugurações e grandes festas e apelou na altura para que a Câmara não tomasse esse caminho, em virtude de não se ter dinheiro para isso. Diz ainda que foi crítico e muito crítico relativamente ao Sr. Presidente da República, que em sua opinião deve ser o primeiro a dar o exemplo, e que não concorda em absoluto com a vinda de assessores e todo aquele aparato daquele despesismo. Continua dizendo que, depois de saber que foram servidos lanches para toda a gente, que foram colocados autocarros nas aldeias para transportar as pessoas para a inauguração, gostaria de saber, de forma descriminada, qual foi a despesa que a autarquia teve nessa inauguração, e em sua opinião, o Sr. Presidente deveria informar sobre o valor dessa despesa, até para que haja transparência e para defender a posição da autarquia, porque se fala em dezenas, em centenas de milhares de euros, que foram gastos. Diz ainda que o Sr. Presidente também tem filhos e netos e que são esses que o preocupam, porque o seu filho não tem que pagar no futuro as festas que ele andou a fazer, e que ele tem que se preocupar principalmente com os jovens que vão receber esta herança, porque, em primeiro lugar, gostava de saber que soluções é que estão a ser criadas, que soluções é que cria a Festa das Colheitas, que soluções é

soluções são essas, porque nós temos de facto que criar soluções para que seja viável para os nossos filhos e os nosso netos permanecerem

que cria a inauguração tão dispendiosa do Largo da Feira, que

em Castro Daire. Diz ainda que é preciso estabelecer prioridades, tem que se ter cuidado com as despesas que estamos a assumir, pois tem

receio que ficaremos com uma fatura extremamente pesada para quem

vem a seguir e o seu filho, como o filho das pessoas que ali estão, não

têm culpa nenhuma. ---



J. Rose

• Dr. Márcio Ferreira dos Santos: Começa por se referir ao encerramento dos tribunais, dizendo que verifica que o expediente desta assembleia é redundante em tomadas de posições de outros municípios em relação ao encerramento e aquilo que pretendia saber e que fosse esclarecido era qual a posição da Câmara em relação ao encerramento do Tribunal do Concelho de Castro Daire, porque é verdade que a Câmara andou a colocar faixas, demonstrando que seria contra o encerramento do Tribunal, mas aquilo que verifica é que a Câmara é nesta altura a entidade que lhe parece querer de forma evidente que o Tribunal encerre. Continua dizendo que eles, os advogados, os funcionários da justiça e povo, andam a fazer um grande esforço no sentido de demonstrar ao Governo e às pessoas que têm capacidade para decidir nesta matéria que o Tribunal de Castro Daire tem excelentes condições, que tem processos, que tem os meios todos adequados a que continue a funcionar. Diz ainda que tem nomeadamente parque de estacionamento e acesso para deficientes, entre outras coisas, ou julgavam que tinham neste momento parque de estacionamento, mas infelizmente, ainda antes das férias judiciais, a Câmara Municipal deliberou extinguir o estacionamento como privativo do tribunal e está neste momento aberto ao público. Ou seja, juiz de círculo, procurador de círculo deslocam-se ao tribunal e não onde estacionar o carro; funcionários do tribunal não têm a onde pôr o carro. Continua dizendo que a própria Conservadora foi surpreendida pela primeira vez, quando se apercebeu deste problema, porque julgava que o parque continuaria ainda privativo do tribunal e com toda a razão, julgando ela que a tinha, chamou a GNR porque efetivamente não tinha onde colocar o carro e queria estacionar no



parque do tribunal. A GNR veio e ela teve que pedir desculpa às pessoas porque a Câmara tinha decidido, sem dizer a ninguém, extinguir aquele parque privado e torná-lo público. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que aquela situação o indigna, porque tem-se debatido, como todos os seus colegas e como todos os seus conterrâneos, pela manutenção do tribunal nesta terra. Tem defendido que o tribunal tem todas as condições para continuar em Castro Daire; está dotado de tudo e mais alguma coisa, mas agora já não tem parque de estacionamento, o que quer dizer que esse fundamento já não o podem usar. Continua dizendo que gostaria de perceber qual é a estratégia verdadeira da Câmara para este assunto, porque duvida que a vontade da Câmara seja efetivamente este tribunal, até porque se diz por aí que a Câmara está interessada no edifício onde está instalado o tribunal para fazer sabe-se lá o quê. Seguidamente refere-se à anulação do concurso da museóloga, dizendo que gostaria de ser esclarecido sobre razões que levaram o Sr. Presidente a anular o concurso da museóloga. Efetivamente o concurso foi anulado, pelo que gostaria de saber quais foram as razões que o levaram a isso. Por último, refere-se à perda de pelouros do Sr. Vereador Luís Lemos, dizendo que gostaria de saber que razões é que levaram a que isso acontecesse e se essas razões se sobrepõem a uma nova contratação para um secretário de um vereador, para que esse vereador tenha condições de executar os pelouros que antes estavam entregues ao Sr. Vereador Luís Lemos. -----

• Presidente da Junta de Freguesia de Cabril: Começa por se referir ao Prof. António Luís, dizendo que ele foi criado numa altura em que o bem receber fazia parte da nossa cultura. Naqueles tempos, as





pessoas guardavam o salpicão, um bocado de presunto, para receber uma hipotética visita que viesse, pelo que, em sua opinião, o Sr. Presidente da Câmara fez muito bem dar a oportunidade a todos os castrenses de virem ver, além da inauguração, o mais alto magistrado da nação, e como é lógico, isso tem os seus custos. Quanto ao paralelismo que fez com o Eng.º Sócrates, lembra ao Prof. António luís que o Dr. Miguel Cadilhe, que foi Ministro do atual Presidente da República, deu um nome ao défice, chamou-lhe monstro, e atribuiu-lhe paternidade, e todos sabem a quem é que ele atribuiu a paternidade.

- Dr. Jorge Manuel Ferreira Duarte: Começa por pedir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal uma cópia do ofício enviado pelo deputado da Assembleia Municipal de Leiria, Sr. Prof. Coordenador do Ensino Superior Politécnico, Dr. José Manuel Silva, sobre a dedicação



108

exclusiva versus senhas de presença da Assembleia Municipal. Seguidamente faz referência à iluminação pública, dizendo que os vários municípios, de há uns meses para cá, têm feito contenção relativamente à iluminação pública. Uns optam por cortar determinado período, outros optam em reduzir a iluminação para 50%, pelo que gostaria de saber, com estes cortes, quais são os valores que a Câmara poupa mensalmente, e se esse valor que se está a poupar se justifica, já que a segurança, naturalmente em meios isolados, é reduzida. -----

• Presidente da Câmara Municipal: Dirige-se ao Sr. Presidente da Junta de Alva e aos Srs. Presidentes de Junta em geral, para dizer que no que concerne ao pagamento dos protocolos, as ordens que deu à Chefe de Divisão era para pagar na integra os protocolos a todos os Presidentes, mas como os Presidentes de Junta não fizeram o trabalho que deveriam ter feito, assim foi dito pelos Chefes da Divisão de Obras Municipais e Ambiente e da Divisão Financeira, e como o Executivo não pode ter o dinheiro em cofre e despesas por pagar, mandou pagar ao empreiteiro. Quanto à limpeza das valetas, os concursos foram feitos a tempo e horas. Seguidamente refere-se ao Sr. Prof. António Luís, dizendo que o facto de vir cá o Sr. Presidente da República é um posto que dignifica uma visita a um concelho. Quanto às despesas, que lhe vai trazer as despesas todas. Quanto ao encerramento do tribunal, fizeram tudo o que tinham a fazer, e continuará muito atento em relação a esse assunto. No que respeita ao parque, antes de fazerem aquelas linhas, aprovaram por unanimidade, na reunião do Executivo, a redução de trânsito naquelas vias. Diz ainda que o edifício do Tribunal é pertença do Município, não é do Estado nem de nenhum Ministério. Os funcionários judiciais não são mais que os funcionários





da Câmara, que os funcionários das Finanças, que os funcionários de qualquer instituição, nem se sobrepõe aos interesses dos munícipes. Continua dizendo que o Presidente da Câmara não tem lugar privativo para por carros, no entanto foi posto um lugar para o Juiz, para o Sr. Delegado, para as forças de segurança e para o carro celular. Quanto às razões para anular o concurso, informa que não anulou um concurso, mas que anulou dois. Em seguida referiu-se à perda de pelouros, para dizer que distribui os pelouros conforme entende que eles devem ser distribuídos, e que foi ele juntamente com os Vereadores e com o Vereador em causa que decidimos dessa maneira. Quanto à nomeação do secretário para o Sr. Vereador, só a ele compete aceitar. No que concerne à iluminação pública, esta foi discutida com os Senhores Presidentes de Junta. A Associação Nacional de Municípios aconselhou todos os municípios a reduzir drasticamente a iluminação pública. Foi posto à consideração dos Presidentes de Junta e depois foi posto à consideração do Executivo, e todos, por unanimidade, foram por esta solução. ------

2.-- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1. Análise, discussão e votação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a que se referem as alíneas b) e c) do n.º 1 e para efeitos do n.º 5 do artigo112º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação última dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – LOE 2012 – e da alínea f) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n. 5-A/2002, de 11 de janeiro, a aplicar no



Prédios urbanos



ano de 2013, propostas pela Câmara Municipal, nos seguintes

Prédios avaliados nos termos do CIMI

0,7%	0,3%			
Sobre este ponto, o Sr. Presidente da junta de freguesia de Alva				
pergunta se as taxas proposta para o IMI e para o CIMI, são as				
mínimas, ao que o Sr. Preside	ente da Câmara informa que são as			
mínima e que as taxas são as m	nesmas que vêm sido praticadas nestes			
últimos anos.				
Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria,				
com uma abstenção.				
2.2. Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da Lei				
n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-				
A/2002, de 11 de janeiro, da informação escrita do Presidente da				
Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como				
da situação financeira do mesme	o;			
Sobre o assunto em quest	ão, intervieram os Srs. Membros:			
• Dr. Márcio Ferreira dos Santos: Refere-se ao encerramento do				
Tribunal para dizer, que mais u	ıma vez deu a resposta. Ou seja, o Sr.			
Presidente da Câmara é que	manda, a resposta está dada, o Sr.			
Presidente faz o que quer, mas	que se esquece que a Assembleia tem			
poder de fiscalização, entre ou	tras atribuições que a Lei lhe dá, e			

portanto, tudo o que ali lhe é perguntado, o Senhor Presidente devia

responder e prestar esclarecimentos. Em sua opinião, a Assembleia

deverá de uma vez por todas tomar uma posição, porque aquilo que se

tem passado na Assembleia é vergonhoso, os esclarecimentos que ali





são pedidos, acontece o que ali aconteceu hoje: "Eu nulo porque quero anular, eu faço porque quero fazer" e a Assembleia vale zero. Continua dizendo que os Membros da Assembleia foram eleitos para pedir satisfações, para fazer fiscalização e para pedir satisfações ao Sr. Presidente acerca da actividade que exerce. A Assembleia não é uma anarquia, uma ditadura, mas uma Assembleia que tem competências próprias atribuídas por lei. Propõe ainda que os membros da Assembleia tenham uma participação mais ativa nas sessões, porque só todos juntos é que conseguem mudar alguma coisa no Sr. Presidente que teima em gerir a Câmara como se ela fosse dele. Diz ainda que é preciso fazer frente a este tipo de posição e demonstrar que esta Assembleia serve para alguma coisa, porque se não forem capazes, ele próprio o fará e dirá o que tiver de dizer. No que concerne à questão do Tribunal e à pequena explicação que prestou sobre o parque do Tribunal, que quanto ao resto não explicou nada, é falso tudo o que disse, que está desfocado da realidade, porque vêm em serviço oficioso detidos, polícias. Juízes do Tribunal de Círculo, Procuradores do tribunal de Círculo e não têm onde estacionar o carro. Continua dizendo que outra questão é a altura que o Sr. Presidente da Câmara escolhe para encerrar o parque, que o poderia ter feito depois de garantir que o tribunal ficava em Castro Daire, ou então esperar para o fazer daqui a alguns meses, quando o Tribunal encerrasse. Nessa altura tinha todo o direito de tirar aquele parque. -----

• — Presidente da Junta de Freguesia de Alva: Começa por dizer que trouxe à Assembleia uma questão que o preocupa, três mil euros fazem muita falta à Junta de Alva foi essa preocupação que trouxe a esta sessão. Continua dizendo que o Sr. Presidente respondeu de uma



Municipio de Castro Daire ASSEMBLEIA MUNICIPAL

maneira de não responder. Diz que tinha dito que o trabalho foi feito ainda, e em algumas ruas onde passou a procissão do Corpo de Deus. Foi feito duas vezes e efetuado antes do protocolo e que não pode ver os funcionários da Câmara a irem ao local com uma manifestação passiva e a ligarem-lhe ou a ameaçarem-no que não têm um parecer favorável à libertação da verba. Por isso, que o Sr. Presidente não venha com tempos nem com prazos, porque não lhe pede o dinheiro para amanhã, apenas que honre o protocolo, que diga assim: "Nós vamos honrar o protocolo. Este trabalho está feito". Continua dizendo que lembrou ao Técnico que foi a Alva que a circunvalação foi limpa na semana que antecedeu o Parque Urbano e que quem lá passar agora não diz que foi limpa, mas foi. Termina dizendo que culpa tem de ter feito a limpeza das ruas, nalguns casos duas vezes, e que a erva nuns lados cresça mais depressa do que noutros e que agora venham dizer que nos lados onde cresce pouco a Junta limpou e nos lados que cresce muito a Junta não limpou. Isso é falta de bom senso. --

• Presidente da Junta de Freguesia de Cujó: Refere-se ao Parque Urbano para dizer que aquando da sua inauguração o Sr. Presidente colocou autocarros pelas freguesias, referindo em especial ao autocarro que foi a Almofala e passou por Cujó. Mas Cujó ela não apanhou ninguém, porque em Cujó ninguém sabia que ela ia lá passar, nomeadamente o Presidente da Junta, e o pessoal de Cujó que veio à inauguração teve que andar a pedir boleia ou a servir-se de viaturas próprias, pelo que foi prejudicado. Continua dizendo que a responsabilidade é do Sr. Presidente da Câmara, pelo que pede esclarecimento sobre o motivo de não terem sido informados sobre esses autocarros. Seguidamente refere-se à iluminação pública, dizendo que está indignado com período de encerramento da iluminação, que vai da uma hora e trinta minutos às quatro horas e trinta minutos.



Município de Castro Daire ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Diz ainda que até concorda com este horário, como concordava que em vez de a fecharem à uma e meia, fechassem à uma e abrissem às quatro, ou da meia-noite às quatro, mas que não pode concordar que abram às quatro e meia da manhã e às seis menos um quarto tornem a fechar a luz e nesta altura do ano está-se ali uma hora com a luz apagada. No que concerne à ETAR da Granja, pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, até quando é que o Sr. Presidente está disposto a prolongar o sacrificio e a despesa com a não entrada em vigor da ETAR, pois o Sr. Presidente disse na sua comunicação escrita, que já forneceu o PT para a Granja, já forneceu a luz elétrica para o PT da Granja, do que é que está à espera para o pôr a funcionar.

2.3. Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal junto da Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões, já que os, anteriormente, indicados – Dr. Márcio Ferreira dos Santos e Sónia Marisa Oliveira M. Ferreira – incorreram na perda de mandato naquele Órgão; ------

• Dr. Márcio Ferreira dos Santos: Informa que por motivo profissionais foi forçado a dar algumas faltas, que poderia ter justificado, que esta perda de mandato que é justa e que vai no





encontro de servir melhor esta assembleia. Como está em causa a perda de mandato de dois deputados, um que foi eleito pelo PS e outro que foi eleito pelo PSD, o grupo do PSD sugere o Dr. Aurélio Loureiro para o substituir. Por último, lembra à Assembleia que não podem ser eleitos Presidentes de Junta, mas sim deputados para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões.

• Prof. Sonia Marisa Oliveira Ferreira: informa que também por
motivos profissionais não pode estar presente em todas as reuniões, e
que também podia ter justificado as faltas. Como tal, pelo grupo do PS,
a Sr.ª Nair Morgado Ribeiro para a substituir na Assembleia
Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões.
Posto este ponto à votação, foi aprovado, por unanimidade,
eleger como representantes da Assembleia Municipal na Assembleia
Intermunicipal da CIMR Dão-Lafões, em substituição dos membros Dr.
Márcio Ferreira dos Santos e Prof.ª Sónia Marisa Oliveira Ferreira, os
Srs. Membros Dr. Aurélio da Rocha Loureiro e Dr.ª Nair Morgado
Ribeiro
2.4. Outros assuntos;

• Prof. António Luísa Fernandes Ferreira: Refere-se ao Sr. Augusto, para dizer que criticava no mandato anterior como critica agora, que não é daqueles que criticavam antes e que criticam agora, mas que fazem o contrário. Continua dizendo que a autoridade moral não é qualquer coisa que se reclama ou que se compra, a autoridade moral conquista-se, e tanto o Sr. Augusto como outras pessoas que estão nesta Assembleia sabem que já na outra Assembleia teve

----- Neste Ponto é dada a palavra aos Senhores: ------



2

algumas discussões acesas com o anterior Executivo quando não concordava. Diz ainda que é essa a autoridade moral que às vezes distingue as pessoas, como os mandatos também se distinguem. Que prefere pagar uma dívida do que fazer uma festa, se tem dívidas para pagar, como é um direito e um dever que tem, porque foi eleito e está ali para representar as pessoas. Continua dizendo que, se não deixa dívidas para o seu filho, como muitos que ali estão, tem que se debater para que não sejam terceiros a deixá-las. Por isso, esse direito, ninguém lhe pode retirar. Quanto às questões da governação do Eng.º Sócrates, diz que é tudo tão claro que nem vale a pena estarem a perder tempo, mas que também a autoridade se conquista relativamente ao Prof. Cavaco Silva. Disse que não ia estar presente na inauguração e não esteve, nem ouviu o discurso do Sr. Presidente da República em protesto e como se sabe, o Presidente da República é do PSD. È esta a autoridade moral que se conquista. Seguidamente refere-se ao Agrupamento de Escolas, dizendo que tem feito um esforço no sentido de não beneficiar da sua posição como membro da Assembleia Municipal, para beneficiar o Agrupamento, mas também não pode ser conivente quando se falta à verdade. Refere que o Senhor Presidente sabe muito bem a afirmação que fez, quando lhe respondeu que não tem dívidas em atraso, o que não é verdade. O Senhor Presidente assumiu um compromisso com o Agrupamento de Escolas em 2009, quando tomou posse, de pagar 10.000 euros pela utilização do gimnodesportivo, pela utilização das associações, porque tudo o que são instalações usadas diretamente pela autarquia, o Agrupamento cede gratuitamente e obtêm o mesmo beneficio relativamente às instalações, aos equipamentos da autarquia. Relativamente à



utilização das associações no ano passado, se as associações pagarem conforme os valores que estão estipulados para os que o utilizam, seriam superiores a dez mil euros, e esse valor, ficou o compromisso do Sr. Presidente da Câmara que o confirmou na reunião que tiveram há um mês, onde estiveram presentes o Sr. Eng.º Saúl, o Prof. Chiquelho e o Vereador Dr. Rui Braguês, e assumiu que havia um compromisso a pagar dez mil euros, desde 2009, pela utilização das instalações, mas até ao momento não foi pago nenhuma parte desse

valor, e estamos em 2012/2013, e este ano vai comportar em 40.000 euros. - -----

• Dr. Jorge Manuel Ferreira Duarte: Para dizer que não percebeu quais eram os valores respeitantes ao corte da iluminação pública. Seguidamente refere-se à questão dos relógios para dizer que a Câmara paga um serviço à EDP, se paga um serviço tem que exigir qualidade com esse serviço. Depois refere-se às obras do município, perguntando se era possível fazer um levantamento das obras que continuam por não concluir e qual o ponto de situação delas. Diz ainda que o que o indigna mais, é ver degradada por falta de manutenção, como por exemplo o passeio que existe desde a rotunda das bombas, passando pelo Barro Branco, em que em determinadas zonas não se pode circular no passeio devido à falta de manutenção. Termina dizendo que o que revolta é existir um investimento, não haver a manutenção devida e os custos serem depois mais avultados.

• Presidente da Junta de Freguesia de Moledo: Refere-se ao Sr. Presidente da Câmara, para dizer que, constantemente, o Sr. Presidente diz e faz crer que as decisões que são tomadas pelo Executivo, tem à cabeça e a liderar, o Sr. Presidente de Câmara. Mas,



ca decisões

quando depois há alguma que é mais polémica e que implica decisões que poderão não agradar à população, o Sr. Presidente diz que foi decido em Assembleia Municipal, que foi deliberado com Presidentes de Junta de Freguesia, como é o caso das lâmpadas. Diz que com ele ninguém deliberou nada, a não ser que tenha faltado à reunião e se assim foi, o Sr. Presidente não pode dizer que deliberou com os Presidentes de Junta de Freguesia, porque está a falar neles todos, e que ele, Presidente da Junta de Moledo, nunca foi a favor que se desligassem as luzes. Continua dizendo que não conhece nenhum município que o tenha feito na totalidade, e que, em sua opinião, se está a prestar um mau serviço à população favorecendo acidentes e roubos, e que só se vai dar conta do erro quando houver uma catástrofe, quando houver um incêndio, em que as pessoas não sabem como é que hão-de acudir, quando os bombeiros não sabem onde é que hão-de chegar, quando a polícia não sabe como é que há-de chegar às pessoas e quando não se sabe e não se reconhece quem é que é o nosso amigo e quem é que é o nosso inimigo. Termina dizendo que não concorda com isso, e que gostaria que o Sr. Presidente da Câmara não usasse ou dissesse que foi aceite por todos os Presidentes de Junta, porque por ele não foi. Seguidamente diz que o Sr. Presidente da Câmara fala na saúde financeira do município, dizendo que se está assim tão bem, porque é que não devolve as transferências mensais às Juntas de freguesia. Por último refere-se às reuniões que o Sr. Presidente quer fazer com as Juntas de Freguesia para pedir obras para o próximo ano, dizendo que as da Junta de Freguesia de Moledo estão pedidas desde 2009, que são as mesmas que pediu em 2009 e que pretende pôr à consideração do Sr. Presidente. ---



- Presidente da Junta de Freguesia de Pepim: Refere-se aos protocolos, para pedir ao Sr. Presidente da Câmara que explicasse essa situação, porque muito se falou sobre a limpeza das ruas nas povoações. Continua dizendo que já fez a limpeza das ruas duas vezes. No que respeita ao protocolo, o que fez foi mais de encontro às obras do cemitério, que segundo o empreiteiro estará concluído para Novembro. Termina dizendo que foi feito o primeiro auto de medição, e que já pagou ao empreiteiro e que entregou a fatura na Câmara para ver se esse dinheiro lhe poderia ser atribuído, mas até à data ainda não tinha sido atribuído nenhum.
- Constantino Duarte Silva: Começa por congratular o Sr. Presidente de Câmara, pelo facto de abrir o parque que estava privado e que era pertença dos advogados, dos juízes, das pessoas que trabalhavam no Tribunal. Isto por que já estacionou naquele espaço, mas nunca soube a razão porque é que o fecharam e o tornaram privado, muito menos sabia que era propriedade do município, pelo que gostaria de saber qual é a diferença de tratamento. Será que como munícipe não tem o direito a estacionar, ou serão só os advogados e os juízes que têm direito a estacionar no espaço do município. Diz ainda que o parque não tem nada a ver com o fecho e o desfecho do Tribunal, e o mais grave ainda era quando pessoas que exercem funções no Tribunal e que em determinados dias não estão a exercer essas funções serviam-se do parque e iam trabalhar para o seu escritório ou gabinete. Continua dizendo que se demonstra aqui uma definição de democracia, uma igualdade de direitos e enquanto não existir igualdade de direitos nos munícipes, não há democracia. Seguidamente refere-se à luz elétrica nos meios rurais, para dizer que



nos meios rurais, a atividade de madrugada é muito mais abundante do que na vila, e não discorda de que se deve poupar luz elétrica no concelho, mas não concorda que a luz seja cortada às seis menos um quarto, quando ainda é de noite, por exemplo, até às sete horas. Diz ainda que no verão, a luz elétrica poderá ter um horário, mas no inverno tem que ter outro horário de fecho, tem que se ajustar conforme a claridade do dia.

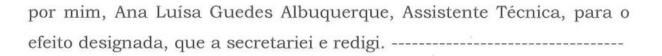
- Dr. António Beato Silva: Começa por dizer que tem verificado que nas últimas assembleias, tem havido um crescendo clima de tensão, tem havido um excesso de personalização na intervenção que tem levado a intervenções mais calorosas, que tem levado a tensão mesmo entre os pares. Isso acontece de tal maneira que as pessoas intervêm com um tom alto, zangado, por vezes até agressivo, o tem vindo a alongar os trabalhos desnecessariamente nestas últimas assembleias. Lembra que nenhum de nós está cá em nome pessoal, todos estamos em representação de nossos munícipes, e a indignação tem que ser relativizada pela civilidade nas nossas intervenções. Não temos que elevar o nosso tom, não temos que nos zangar e sair daqui até com casos pessoais e indagar a revolta destas intervenções porque há um excesso de emotividade. Apela a que haja esta civilidade nas intervenções porque certamente que sairão todos mais bem dispostos.
- Presidente da Junta de Freguesia de S. Joaninho: Refere-se à ETAR da Granja, para dizer que é uma injustiça ainda não estar ligada. Em seu entender, a Câmara não precisa de dinheiro, porque se precisasse já poderia estar a receber algumas garantias disso. Continua dizendo que não sabe qual o motivo de, até agora, a ETAR estar por ligar. O Sr. Presidente da Câmara disse que era uma peça da



• Presidente da Câmara Municipal: Dirige-se ao Prof. António Luís, para dizer que o protocolo está, desde essa reunião, com o Chefe da Divisão Administrativa, Sr. Leonel Marques Ferreira. Quanto ao Dr. Jorge Duarte, informa que os valores são muito claros. Quanto à degradação das obras, diz que estas, depois de estarem feitas começam logo a degradar-se, e dá como exemplo o Parque Urbano, em que ainda falta o ferro e a espia para os feirantes segurarem a tenda. Quanto ao Presidente da Junta de S. Joaninho, a ETAR está feita, é de última geração e tem que entrar em funcionamento quanto antes. ----

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. Albino dos Reis Ramos, deu por encerrada a sessão, eram treze horas e quinze minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e





O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Dr. Albino dos Reis Ramos -

A Secretária

- Ana Luísa Guedes Albuquerque -